

Agricultura Familiar: o significado do trabalho na percepção dos produtores rurais

*Family Farming: the meaning of work
in the perception of rural producers*

*Agricultura Familiar: el significado del trabajo
en la percepción de los productores rurales*

Michele Barth*
Jacinta Sidegum Renner**

RESUMO

O objetivo do estudo foi compreender, sob a percepção dos trabalhadores, o significado do trabalho na agricultura familiar. A pesquisa é aplicada, de caráter observacional e descritiva, com análise e discussão qualitativa. O campo de estudo foram os estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Feliz e Linha Nova (Rio Grande do Sul). Foram entrevistadas cinco famílias que atuam na agricultura familiar, selecionadas por conveniência, totalizando 13 participantes. As narrativas foram agrupadas em três categorias: Remuneração; Organização do Tempo; e Contato com a Natureza. Os resultados evidenciam que as extensas jornadas de trabalho decorrentes das demandas da pluriatividade ocupam o maior tempo da vida dos agricultores. Ademais, ficou evidente a potencialização do significado do trabalho, expresso no prazer de viver no campo em contato com a natureza. O acesso à capacitação em gestão empresarial poderá ser essencial para o melhor desempenho da empresa familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Trabalho. Gestão. Significado. Produção Rural.

* Doutora e Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social, e Graduada em Design, todas pela Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. Possui MBA em Gestão Empresarial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Feliz, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: mibarth@feevale.br

** Doutora e Mestra em Engenharia de Produção com ênfase em Ergonomia, e Especialização em Saúde e Trabalho, todas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Fisioterapeuta pela Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora e Pesquisadora na Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: jacinta@feevale.br

Artigo recebido em abril/2024 e aceito para publicação em maio/2025.

ABSTRACT

The objective of the study was to understand, from the workers' perception, the meaning of work in family farming. The research is applied, observational and descriptive in nature, with qualitative analysis and discussion. The field of study was family farming establishments in the municipalities of Feliz and Linha Nova (Rio Grande do Sul). Five families working in family farming were interviewed, selected for convenience, totaling 13 participants. The narratives were grouped into three categories: Remuneration; Time Organization; and Contact with Nature. The results show that the long working hours resulting from the demands of pluriactivity take up most of the farmers' lives. Furthermore, the enhancement of the meaning of work was evident, expressed in the pleasure of living in the countryside in contact with nature. Access to training in business management may be essential for the best performance of the family business.

Keywords: Family farming. Work. Management. Meaning. Rural Production.

RESUMEN

El objetivo del estudio fue comprender, desde la percepción de los trabajadores, el significado del trabajo en la agricultura familiar. La investigación es de carácter aplicado, observacional y descriptivo, con análisis y discusión cualitativa. El campo de estudio fueron establecimientos de agricultura familiar en los municipios de Feliz y Linha Nova (Rio Grande do Sul). Se entrevistaron cinco familias dedicadas a la agricultura familiar, seleccionadas por conveniencia, totalizando 13 participantes. Las narrativas se agruparon en tres categorías: Remuneración; Organización del Tiempo; y Contacto con la Naturaleza. Los resultados muestran que las largas jornadas de trabajo derivadas de las exigencias de la pluriactividad ocupan la mayor parte de la vida de los agricultores. Además, se evidenció la puesta en valor del significado del trabajo, expresado en el placer de vivir en el campo en contacto con la naturaleza. El acceso a la formación en gestión empresarial puede ser fundamental para el mejor funcionamiento de la empresa familiar.

Palabras clave: Agricultura familiar. Trabajar. Gestión. Significado. Producción Rural.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é um elemento central na trajetória da humanidade e desempenha um papel crucial na formação das sociedades, especialmente no desenvolvimento do sistema capitalista. Ainda hoje, o cenário rural se destaca pela importância das atividades agrícolas, tanto em pequenas propriedades quanto em produções de maior escala, voltadas para a cadeia de alimentos. Nesse contexto, a agricultura familiar emerge como um pilar fundamental para a segurança alimentar e para a economia de pequenas cidades, nas quais a maioria das famílias tem sua subsistência baseada nas atividades agrícolas.

A “agricultura familiar”, conforme Schneider e Cassol (2014), é considerada uma categoria social diversa e heterogênea, sendo que, no Brasil, a tipologia dos estabelecimentos agropecuários familiares varia de acordo com o tamanho da área cultivada. A Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, [2023b]) define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, emprega mão de obra da própria família e tem sua renda familiar vinculada ao estabelecimento e ao gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela família. Nascimento *et al.* (2022, p. 7) observam uma subdivisão nos tipos/grupos de família da agricultura familiar: “i) Agricultura familiar com produção comercial: parte da produção dessas famílias é destinada ao mercado; ii) Agricultura familiar com produção exclusivamente para o autoconsumo”. Os autores salientam que, nesse segundo tipo, não há nenhuma pessoa ocupada como empregador, trabalhador por conta própria ou empregado, mas pelo menos um membro da família se ocupa com a produção agropecuária para o consumo próprio. Ainda segundo os autores, os agricultores familiares tendem a se concentrar em estabelecimentos agropecuários com área de no máximo 20 hectares.

A agricultura familiar é responsável pela produção de significativa parcela dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Conforme o Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor ocupa aproximadamente 41% da área territorial com estabelecimentos agropecuários e emprega mais de 15 milhões de brasileiros, sendo que 73% possuem laços de parentesco com o produtor. Nesse cenário, há de se reportar o grande percentual de estabelecimentos da agricultura familiar brasileira, a qual corresponde a 77% do total e onde trabalham 10,1 milhões de pessoas (IBGE, 2019). No Rio Grande do Sul, 36% da área territorial é usada para a agricultura, onde atuam aproximadamente 365 mil gaúchos, dos quais 81% têm parentesco com o proprietário do estabelecimento agrícola.

Não obstante o avanço da tecnologia, em muitas regiões brasileiras onde é desempenhada a agricultura familiar, ainda são utilizadas antigas técnicas de cultivo, e a mão de obra é essencialmente constituída pelo grupo familiar. Nesse sentido, Silva (2012a) observa que a modernização agrícola aumentou a distância entre o

pequeno e o grande produtor rural brasileiro, pois nem todos tiveram acesso aos novos mecanismos, instrumentos e técnicas de produção, fazendo com que o pequeno produtor permanecesse produzindo com base na força de trabalho da família.

Apesar de o capital ter sido um dos principais coadjuvantes, especialmente na agricultura familiar com produção comercial, é importante que o sentido do trabalho para os agricultores seja compreendido para além da remuneração financeira. O conceito de trabalho é amplo e pode ser entendido de diferentes maneiras, dependendo do contexto social, histórico e econômico em que está inserido. Para Dejours (2004, p. 29, grifo do autor), trabalho “é aquilo que implica, do ponto de vista humano, no fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar”.

Tolfo e Piccinini (2007) argumentam que o trabalho é importante não somente para prover a subsistência, mas também para criar sentidos existenciais e auxiliar na estruturação da identidade e da subjetividade das pessoas. Dejours (2004) complementa que o trabalho é essencial à atividade humana, satisfazendo necessidades econômicas, psicológicas e sociais. Portanto, entende-se que o trabalho é um dos pilares que dá sentido à vida, pois é por meio dele que se constrói a subjetividade do sujeito, criando significado para a existência humana.

Considerando a importância do trabalho como meio de conferir dignidade e sentido à vida, e tendo em vista a significativa representação da agricultura familiar para a economia brasileira, num cenário ainda precarizado em termos tecnológicos, questiona-se: qual o significado do trabalho na agricultura familiar para os trabalhadores rurais? Define-se “significado do trabalho” como a representação social da tarefa executada. Tal significado é construído coletivamente em determinado contexto histórico, econômico e social concreto (TOLFO; PICCININI, 2007). Assim, esta pesquisa teve como objetivo compreender, sob a percepção dos trabalhadores, o significado do trabalho na agricultura familiar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é aplicada e, quanto aos objetivos, configura-se como um estudo de caráter observacional e descritivo. Quanto à abordagem do problema, o estudo foi realizado sob o âmbito qualitativo. O campo de estudo foram os estabelecimentos da agricultura familiar localizados nos municípios de Feliz e Linha Nova, no Rio Grande do Sul. Ambos os municípios pertencem à região do Vale do Rio Caí e estão localizados próximo à região da Serra Gaúcha. No município de Feliz, conforme levantamento realizado em 2022, a produção primária representa 34,30% da economia, principalmente com o cultivo de hortigranjeiros, mas também contando com a avicultura e a suinocultura (RIO GRANDE DO SUL; MUNICÍPIO DE FELIZ, 2023).

Já a base da economia de Linha Nova é o setor primário, que representa 70% do Produto Interno Bruto (PIB), com destaque para a agricultura, a pecuária e a silvicultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHA NOVA, 2023).

Participaram do estudo cinco famílias que atuam na agricultura familiar, as quais foram selecionadas por conveniência, totalizando 13 participantes, sendo seis participantes residentes no município de Feliz e sete, em Linha Nova. Procurou-se entrevistar famílias que se enquadram na tipologia “agricultura familiar com produção comercial”, conforme descrita por Nascimento *et al.* (2022). Para a seleção, priorizou-se aquelas com características distintas quanto aos laços familiares dos trabalhadores, de modo que a pesquisa abrangesse tanto algumas famílias em que todos os membros trabalham na agricultura (pais e filhos) quanto outras das quais apenas os pais ou os filhos atuam no setor. A seleção também foi delimitada na inclusão dos estabelecimentos rurais em que o trabalho é essencialmente realizado pelos membros da família, portanto sem a contratação de trabalhadores fora do grupo familiar. O número de participantes levou em consideração a saturação teórica dos resultados das entrevistas. Thiry-Cherques (2009) recomenda o mínimo de oito e o máximo de quinze entrevistas, pois destaca que, geralmente, nesse ponto se atinge a saturação de informações.

Como instrumento de pesquisa, foi aplicada uma entrevista semiestruturada que buscou, de modo geral, compreender a influência do trabalho na saúde dos agricultores. Salienta-se que todos os participantes já estavam familiarizados com a pesquisadora, oportunizando que a coleta de dados pudesse ocorrer de forma informal e espontânea durante a entrevista. Para este recorte, foram trazidas algumas informações do perfil dos participantes, bem como as características das propriedades e da rotina de trabalho na agricultura familiar. Visando responder ao objetivo de pesquisa, foram analisadas as narrativas que compreendem os aspectos relacionados ao significado do trabalho na agricultura.

As entrevistas ocorreram entre os meses de novembro de 2022 e janeiro de 2023, diretamente na residência de cada família. Antes da realização da coleta de dados junto aos participantes, foi solicitada a permissão para gravação dos depoimentos durante as entrevistas, para posterior transcrição e análise das narrativas. As entrevistas foram conduzidas em forma de conversa em grupo, com cada família. Destaca-se que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, pela universidade de vínculo das pesquisadoras. Assim, antes de cada entrevista, foram explicados os objetivos do estudo e a importância da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes.

A análise e discussão dos dados ocorreu pelo método de análise de conteúdo. O método, segundo Minayo *et al.* (2008), consiste nas etapas de categorização, inferência, descrição e interpretação dos dados coletados. Para fazer as inferências,

foi adotado o método de triangulação dos dados. A etapa de triangulação dos dados, conforme Minayo (2014, p. 361), é uma “dinâmica de investigação que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados”, e permite integrar a objetividade e a subjetividade nas técnicas de pesquisa, pois abrange os sujeitos pesquisados “[...] não apenas como objetos de análise, mas, principalmente, como sujeitos de autoavaliação, uma vez que são introduzidos na construção do objeto de estudo” (MINAYO, 2014, p. 362). Essa técnica permite uma análise conjunta sob três aspectos: os dados coletados, a percepção do pesquisador e a argumentação teórica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para dar início à explanação dos resultados, são apresentadas algumas características de perfil dos participantes, bem como breves informações sobre suas propriedades agrícolas (Quadro 1). Visando o anonimato, os estabelecimentos da agricultura familiar serão denominados por letras e os participantes por números, cuja ordem obedece a sequência de realização das entrevistas.

QUADRO 1 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E PERFIL DOS PARTICIPANTES

ESTABELECIMENTO (RELAÇÃO)	ÁREA DE CULTIVO (ha)	PARTICIPANTE	SEXO	IDADE (ANOS)	ESCOLARIDADE	TEMPO NA AGRICULTURA (ANOS)
A (casal)	5	P1	Fem.	58	Fund. incompleto	43
		P2	Masc.	52	Fund. incompleto	30
B (casal)	5	P3	Fem.	41	Fund. completo	26
		P4	Masc.	48	Fund. incompleto	33
C (irmãos)	2	P5	Fem.	33	Pós-graduação completa	2
		P6	Masc.	23	Ensino médio completo	6
D (pais e filhos)	12	P7	Fem.	58	Fund. incompleto	35
		P8	Masc.	58	Fund. incompleto	44
		P9	Masc.	25	Ensino médio completo	7
		P10	Masc.	27	Ensino médio completo	9
E (pais e filha)	10	P11	Masc.	52	Fund. incompleto	42
		P12	Fem.	46	Fund. incompleto	34
		P13	Fem.	18	Ensino médio completo	3

FONTE: As autoras (2023).

Conforme os dados constantes no Quadro 1, dos cinco estabelecimentos de agricultura familiar, em dois o trabalho é desempenhado por casais; em outros dois estabelecimentos, toda a família trabalha (pai e filhos); e, em um estabelecimento, apenas os filhos atuam na agricultura. O trabalho é realizado em áreas que variam entre 2 e 12 hectares. Com relação ao perfil dos participantes, 7 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 58 anos. Em relação à escolaridade, 7 participantes apresentam ensino fundamental incompleto; 4, o ensino médio

completo; 1, o ensino fundamental completo; e 1 possui pós-graduação. O tempo em que atuam na agricultura familiar varia de 2 a 44 anos.

Os produtos cultivados nas propriedades que integram o campo do estudo variaram de 5 a 9 variedades de produtos por estabelecimento. Os gêneros mencionados foram milho, mandioca, feijão, couve-flor, brócolis, repolho verde, repolho roxo, vagem, batata, repolho, brócolis, abóboras, arroz, beterraba, tomate e pepino.

A partir das narrativas dos agricultores, referentes ao significado do trabalho na agricultura familiar, foi possível identificar aspectos positivos e negativos. Para a apresentação dos resultados, estes foram divididos em três categorias e listados em ordem decrescente de acordo com a quantidade de participantes que fez menção a cada uma delas:

- a) Remuneração;
- b) Organização do Tempo;
- c) Contato com a Natureza.

Na sequência serão apresentadas e discutidas as categorias com triangulação dos dados, considerando as narrativas dos participantes e a visão de estudiosos da área.

4 REMUNERAÇÃO

Os aspectos relacionados à remuneração financeira proporcionada através do trabalho agrícola foram observados nas narrativas de 12 participantes. As falas dessa categoria referenciam tanto o provimento das necessidades básicas da família, como o reinvestimento no negócio. Alguns participantes enfatizaram que trabalhar na agricultura é: “A oportunidade de conseguir arcar com as despesas.” (P3); “Tu tá trabalhando para ti.” (P5); “Sobrevivência. Nós temos que sobreviver de alguma coisa.” (P8); “É a fonte de renda que precisa ter.” (P9).

De semelhante modo, na pesquisa de Virgolin *et al.* (2015) - que realizaram um estudo qualitativo junto a 11 agricultores do município de Santa Cecília do Sul, na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul -, também se identificou que, no campo, os aspectos referentes ao âmbito econômico/monetário se sobressaem em relação a outros domínios, tais como a socialização e as condições de trabalho. Na pesquisa de Virgolin *et al.* (2015), os agricultores integram uma cooperativa de produtos orgânicos e não orgânicos, a qual proporcionou planejamento financeiro e uma renda fixa mensal aos cooperados. Saliencia-se que, neste estudo, os participantes não integram cooperativas agrícolas, porém a maioria integra o sindicato dos trabalhadores rurais da região ou a associação de desenvolvimento agrícola do município - neste último caso, essencialmente para obter subsídios para a contratação de serviços de máquinas agrícolas ou máquinas pesadas.

Por sua vez, os agricultores enfatizam as oscilações dos rendimentos que advêm da atividade agrícola e interferem no reinvestimento para a aquisição de insumos, conforme relatado pelo Participante 6: “Tem dias que a gente, sei lá, tu desanima, porque, tipo, tu não tem um retorno que tu quer. Às vezes tem boleto que tu vê ali, tem que pagar, que não consegue, não sabe onde tirar dinheiro.” Especificamente sobre a remuneração e o reinvestimento na agricultura, a Participante 3 observa:

Tem aumentado muito os insumos para produzir - adubo, inseticidas - e os preços das coisas que a gente produz não. A gente praticamente recebe, pelo que a gente planta, o que a gente recebia anos atrás. Se não tivesse, talvez, que nem a [renda da extração da madeira de] acácia junto, talvez as contas não iriam fechar só da verdura (P3).

Ludtke (2007) explica que o resultado dos produtos colhidos é utilizado para quitar financiamentos, prover a manutenção da família, realizar melhorias na propriedade e reinvestir em novas safras. Na pesquisa realizada pelo referido autor junto a 25 agricultores de São Lourenço do Sul, RS, 72% dos participantes afirmaram não dispor de recursos financeiros para emergências. Segundo ele, existe a falta de conhecimento sobre capital de giro, pois a maioria dos recursos são gastos ou investidos, sob a alegação de que os rendimentos de aplicações não compensam, por serem baixos. Ademais, há a necessidade de adquirir novos insumos, cujo custo é mais elevado que o rendimento auferido, além da preferência pela aquisição de itens materiais para o conforto dos próprios trabalhadores.

A reserva de capital de giro, de acordo com Ludtke (2007), é uma forma de os produtores rurais contornarem a pressão especulativa dos “atravessadores”. É importante esclarecer que os “atravessadores” são os clientes dos produtores rurais nas Centrais de Abastecimento (Ceasa), que adquirem os produtos para revender aos mercados ou ao consumidor final. O autor salienta que, sem o capital de giro, forma-se um círculo vicioso, onde o produtor se obriga a vender os produtos nos momentos de pior preço, reduzindo a rentabilidade da propriedade e, conseqüentemente, a formação dessa reserva financeira.

Nesse cenário, os participantes apontam a “lei da oferta e demanda” como sendo injusta, conforme exposto nas narrativas a seguir:

Às vezes os caras ficam “tirando” as mercadorias. Não na roça, mas às vezes não sabem o que vale. Não é que não sabem, mas às vezes não querem pagar. Eles querem botar o preço das coisas quando tem muita mercadoria, sabe? [...] Geralmente quando emenda uma roça na outra, aí aparece a Ceasa cheia de mercadorias e aí às vezes o preço baixa, daí eles começam (P10).

[...] borracheiro profissional vai lá faz o pneu e ele quer tanto. Tu não pode chegar, ó, te dou R\$ 10. Não, então faz tu mesmo. E é cultura. O colono não, tu chega lá, falta mercadoria, aí sim tu faz teu preço. Se tem um pouco mais,

daí eles chegam, eles não valorizam. Não valorizam aquilo que o colono leva pra eles ter na mesa. [...] O justo tinha que existir. Se tu precisa R\$ 15,00 para produzir, tu tem que ganhar R\$ 20,00, porque tu precisa os R\$ 15,00 para ganhar R\$ 5,00 pra ti também e não depois vender a R\$ 5,00. Tu não tem como... tu tem que tirar do teu, que tu ganhou, tem que repor pra tu poder plantar de novo. Isso tá errado (P8).

Especificamente na narrativa do Participante 8, nota-se que ainda é utilizado o termo “colono” para identificar o agricultor familiar. Silva (2012b, p. 95) observa que essa palavra “significa ser um agricultor inserido no mercado e que, por carregar os traços do trabalho e da morigeração, atua diretamente para o desenvolvimento da província”. Essa terminologia é empregada desde o período da colonização europeia e ainda é bastante usada, especialmente na Região Sul do Brasil, para se referir ao trabalhador da agricultura familiar.

Com relação ao conceito de mercado, Schneider (2016, p. 96) o define como “uma situação que expressa competição entre dois ou mais agentes econômicos (empresas, lojas, produtores, etc.) que estabelecem uma disputa para vender ou trocar um produto determinado, tendo como alvo um outro agente (consumidor)”. Porém, segundo o autor, o que determina essa competição são os preços relativos dos produtos, sendo que o preço mais baixo é mais competitivo, aumentando-se o poder de mercado.

Contudo, a “lei da oferta e demanda”, por vezes, faz com que inúmeros produtores rurais optem por produzir os mesmos produtos, o que leva à queda dos preços da safra, conforme apontado nas seguintes narrativas:

Isso tinha que ter um controle de plantar, por causa disso dá muita mercadoria às vezes. Ninguém tem controle de plantar. [...] Por causa disso os preços tão baixos às vezes. Isso não tem controle. A gente nunca sabe se vai vender ou não. [...] Aí tem que vender mais barato o que sobra. [...] Às vezes todo mundo planta repolho, daí fica tudo na roça. Não vende mais. Quando as coisas tá bem caro, aí todos plantam. Quando não produzem nada, aí fica caro de novo. Tem que ter um preço médio. Tinha que saber o preço que ganha quando se planta já (P2).

Isso tira a moral do colono, por isso que muitos desanimam. Como eu falei antes, quando o preço tá ruim, tu desanima. [...] dá um ano ruim, “ah mas isso não vamos plantar mais”, aí cai lá pra baixo e aí de repente dispara de novo, porque lá eles pararam. Isso não devia ser assim (P8).

Como é possível perceber nos relatos, em função da mercantilização do setor agrícola, não existe um controle na variedade e na quantidade de cultivos na região. A demanda por um alimento faz com que diversos produtores optem por iniciar o cultivo do produto que está em falta, fazendo cair novamente os preços do produto no momento da próxima safra. Por se tratar de produtos naturais com curto período

de vida útil para consumo, os produtores necessitam vendê-los a qualquer preço, mesmo que isso implique comercializá-los a um preço menor que seu efetivo custo, conforme mencionado pela Participante 12:

Porque se a gente leva uma carga para baixo [referindo-se à Ceasa de Porto Alegre], tem que se empenhar para tentar vender, porque não é que nem vender roupa. Roupa a gente volta, não estraga. Pode ser vendido no outro dia. Mas as verduras estragam (P12).

Além da falta de capital de giro, observa-se que a maioria das famílias de agricultores não adota medidas de gestão da empresa familiar. Quando questionados sobre a organização financeira da propriedade, a Participante 3 explica: “Como não é fixo o que entra, é que às vezes tem mais despesa, daí quando fecha as contas, o que sobra a gente guarda” (P3). Três famílias comentaram que o dinheiro “é tudo junto”, não havendo remuneração mensal para cada trabalhador da família. A Participante 12 complementa:

Primeiro, o dinheiro que entra, a gente paga as contas e tem que depositar no banco, porque a gente tem financiamento do caminhão e energia solar. Daí o que sobra, se alguém precisa de roupa, pega da carteira [de seu marido], que o dinheiro tá ali dentro (P12).

Em várias propriedades, ainda é comum a renda gerada ser coletiva. O valor obtido pela venda dos produtos agrícolas é compartilhado entre os membros da família que participam ativamente das atividades. Esse sistema de remuneração conjunta, embora permita a sustentação do lar como um todo, pode dificultar a separação clara entre as finanças pessoais e as empresariais. A falta de distinção entre o dinheiro destinado à propriedade e o dinheiro destinado ao consumo familiar torna a gestão financeira mais complexa e pode limitar a capacidade de investimento e crescimento da propriedade. Em muitos casos, isso leva a um reinvestimento do próprio lucro na produção, perpetuando uma lógica de “sobrevivência”, em que a margem para poupança ou expansão é mínima.

Os trabalhadores precisam lidar com flutuações sazonais de preços, condições climáticas imprevisíveis e custos variáveis de insumos, o que exige um planejamento financeiro robusto e uma visão estratégica para equilibrar receitas e despesas ao longo do ano. Isso demanda uma gestão financeira prudente para garantir que a família tenha recursos suficientes durante os períodos de menor entrada de receita.

Já na Família C, os Participantes 5 e 6 executam um controle mais rígido do capital:

Primeiro a gente paga o que tem que pagar, né? E aí depois a gente... como a gente trabalha: cada um tem as suas estufas. A gente faz todo o trabalho junto, mas o que colhe ali dentro... Que nem ele tem cinco estufas, eu tenho quatro. Então aquelas cinco dele é dele, o que eu colho nas quatro é meu. E o que a gente planta fora, geralmente é o que vai ser pago, os boletos, as parcelas, os investimentos (P5).

Esta prática de gestão pode estar relacionada ao maior nível de escolaridade da Participante 5, que tem formação na área administrativa. Nesse sentido, na pesquisa de Silva e Fiirst (2015), que teve o objetivo de evidenciar a importância da contabilidade como instrumento de gestão para o pequeno agricultor, verificou-se que os fatores que levam o pequeno produtor rural a fazer, ou não, a contabilidade de seu patrimônio são o alto custo (16,88%), a falta de conhecimento (33,75%) e a dificuldade de se fazer (63,63%). Os autores constataram também que, apesar de não utilizarem serviços de um profissional ou assessoria contábil, a grande maioria, 68,12% dos produtores investigados, acha importante fazer um controle de suas atividades. Assim, entende-se que oportunizar conhecimentos e assessorias em gestão financeira para agricultores familiares poderá favorecer o equilíbrio de despesas e investimentos, garantindo não apenas a viabilidade econômica de suas atividades, mas também uma margem de segurança para lidar com imprevistos, tais como as mudanças climáticas ou as flutuações de mercado.

5 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO

A liberdade para organização do tempo do trabalho na agricultura familiar foi trazida nas narrativas de 11 participantes, como mostram os seguintes recortes: “Tem mais livre, daí trabalha quando quer” (P2). “Que nem a gente faz o nosso tempo, tem dias que é bem trabalhoso, mas daí também tem uns dias que não, não é tanto, que dá para dar um respiro assim, nos dias de chuva às vezes” (P3). “Eu sempre gostei, porque tem liberdade, né? Essas coisas. Quando se está numa firma, tem que sempre tem que tá ali, a hora que tem que começar” (P8).

Tu não tem aquela pressão da cidade, do chefe ele te cobrando. [...] é uma liberdade tu conseguir fazer a tua rotina diária, sabe? Então, ah, eu tenho médico. Tu não precisa ficar lá, pedir para alguém, “ah eu posso ir no médico amanhã?” Não. Tu simplesmente te organiza e tu vai. [...] eu não preciso me obrigar se hoje eu não tenho uma tarefa que precisa ser feita até tal hora, eu não tenho aquela obrigação (P5).

Essa liberdade é oriunda das características inerentes ao trabalho autônomo. Já dizia Antunes (2009) que um trabalho autodeterminado, autônomo e livre é dotado de sentido. No entanto, de acordo com o autor, mesmo que o trabalho seja seu primeiro momento de realização, é necessário também o uso autônomo do tempo livre para que o trabalhador tenha uma vida cheia de sentido.

Questionados sobre o tempo dedicado diariamente ao trabalho na agricultura, os participantes responderam variar entre 10 e 12 horas, de segunda a sábado e, para algumas famílias, também aos domingos de manhã. Cabe destacar que, conforme o artigo 7º da Constituição Federal brasileira, a jornada padrão para o trabalho regular é de 8 horas por dia e 44 horas por semana (BRASIL, [2023a]). Ou seja, observa-se

que o tempo dedicado ao trabalho na agricultura familiar pode chegar a 72 horas semanais, muito além do recomendado pela Constituição Federal. Na pesquisa de Barth *et al.* (2022a) junto a 15 agricultores do município de São José do Hortêncio - limítrofe aos municípios de Feliz e Linha Nova - também foram identificadas jornadas de trabalho que ultrapassam 10 horas diárias. Levando em consideração que muitas atividades na agricultura familiar requerem manuseio de cargas, as extensas jornadas de trabalho podem levar o agricultor à condição de fadiga e predispor-lo ao risco de acidentes (BARTH *et al.*, 2016; BARTH *et al.*, 2022b). Nesse sentido, Kroemer e Grandjean (2005) alegam que um trabalho considerado pesado não deve exceder 8 horas diárias, ao menos que se façam pausas que recompensem a reposição de energia.

Assim, torna-se fundamental analisar de forma crítica a ideia de “liberdade” do trabalhador autônomo na agricultura familiar, uma vez que a realidade desses agricultores está marcada por uma intensa carga de trabalho, que frequentemente ultrapassa a jornada máxima permitida pela legislação nacional para trabalhadores assalariados. Entre as famílias pesquisadas, as jornadas são extensas e muitas vezes envolvem atividades que vão desde o preparo do solo e plantio até a colheita e a comercialização dos produtos, exigindo um esforço contínuo e diversificado, que é realizado sem os mesmos direitos trabalhistas e benefícios de descanso garantidos aos trabalhadores formais.

Nesse cenário, há de se destacar o trabalho das mulheres na agricultura familiar, as quais frequentemente enfrentam uma carga adicional de atividades domésticas essenciais. Diferentemente dos homens, os quais se dedicam quase inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os afazeres da lavoura e os serviços domésticos, além do trato de animais (BRUMER, 2004; MESQUITA; MENDES, 2012). Essas atividades, embora fundamentais para o bem-estar e a estabilidade do lar, costumam ser vistas como obrigações invisíveis e rotineiras, cuja importância muitas vezes acaba sendo subestimada. Entende-se que essa condição não apenas limita o tempo que essas mulheres podem dedicar a outras atividades, como o lazer e o desenvolvimento pessoal, mas também contribui para uma sobrecarga física e emocional, perpetuando um ciclo de desigualdade que reforça o desequilíbrio na divisão de responsabilidades domésticas e familiares.

Nas narrativas referentes a essa categoria, percebe-se uma dicotomia, pois apesar de o trabalho agrícola proporcionar autonomia na organização do tempo para realização das atividades, os participantes expressaram dificuldade de organizar períodos livres para lazer, conforme exposto a seguir:

A gente nunca tem livre na agricultura. A gente nunca pode deixar a propriedade sozinha por causa dos animais. A gente não pode viajar assim. A gente não tá preso na roça, sempre tá em mais lugares, mas não longe (P2).

Se a gente planta uma roça de verdura, se a gente não molha no sábado e no domingo, eles morrem. E essas pessoas [referindo-se aos trabalhadores de outros setores da economia] tem mais facilidade, tem mais vida, porque eles trabalham de segunda a sexta, ganham seu salário, sábados e domingos descansam. Só que a gente não. Se a gente não molha, não tem. Daí, que nem ele [referindo-se ao seu esposo], vai domingos de manhã para Ceasa, acorda às 4:30, vai e volta pouquinho antes das 11 horas, é todo domingo. Daí isso que não é tão legal, sabe? [...] É que a gente não tem só a verdura, se a gente parasse às sete. A gente tem as outras coisas inclusas. Os animais, chega em casa, tem que tratar os animais tudo, isso vai mais meia hora e tudo mais (P12).

De modo geral, verificou-se que o tempo livre semanal se resume às tardes de domingo e, eventualmente, às tardes de sábado e às manhãs de domingo. Virgolin *et al.* (2015) também observaram que os participantes de seu estudo valorizam o domingo como um dia livre para descanso e atividades de lazer. Ainda, conforme relatado na pesquisa, um “fundo de descanso” é concedido a esses trabalhadores pela cooperativa que integram, correspondente a 15 dias de férias ao ano. No entanto, os autores observaram que os próprios agricultores utilizam este benefício quando há necessidade de intensificar o trabalho na propriedade em períodos de safra, fazendo com que deixem de utilizar o “fundo” efetivamente para descanso e lazer.

A dificuldade de planejar os períodos de lazer pode estar relacionada tanto à remuneração por produtividade quanto em razão da pluriatividade. Diferentemente de trabalhadores assalariados, que têm uma remuneração fixa, os agricultores familiares dependem diretamente do volume de produção para garantir o sustento de suas famílias. Costa Neto (1998) corrobora essa percepção, enfatizando que o agricultor familiar geralmente intensifica sua jornada de trabalho nos períodos em que os preços dos produtos estão estagnados, garantindo, portanto, maior produtividade e ampliação das receitas. Já a pluriatividade exige dedicação em tempo integral do agricultor familiar, pois não decorre apenas da policultura - onde são combinadas as atividades de diversos tipos de cultivos nos mesmos períodos -, mas também das atividades que envolvem o trato dos animais da propriedade (gado, galinhas, porcos etc.) e os afazeres domésticos. Nesse contexto, Virgolin *et al.* (2015, p. 119) esclarecem que a pluriatividade “se caracteriza pela junção de duas ou mais atividades agrícolas e não agrícolas ligadas às estratégias produtivas que os membros das famílias domiciliadas nos espaços rurais adotam”. Schneider (2003) lembra que a pluriatividade realizada nas propriedades da agricultura familiar implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, ou seja, preocupa-se com a reprodução social, com a participação no mercado de trabalho rural, com a terra e com as questões agrícolas. Tendo em vista a pluralidade de atividades desempenhadas no meio rural, os participantes afirmam ter dificuldade em deixar a propriedade sozinha

para poderem viajar ou em conseguir pessoas de confiança para desempenhar as atividades enquanto os proprietários estão fora. Nesse sentido, a Participante 5 relata a forma como conseguem conciliar o lazer com as atividades de trabalho:

No lazer, a gente tem que se programar um pouquinho. Que nem, por exemplo, esse final de semana ele vai para praia, aí eu tenho que ficar em casa. [...] Que nem no inverno, a gente conseguiu fazer um passeio juntos, mas aí a gente deixou o pai responsável. [...] A gente tem um rapaz que, quando a gente precisa, quando ele consegue, ele vem nos ajudar (P5).

Após a análise das narrativas que compõem essa categoria, não há como deixar de notar a centralidade do trabalho na vida dos agricultores familiares. Destaca-se, segundo Borges e Tamayo (2001), que a centralidade do trabalho consiste na importância que a pessoa atribui ao seu trabalho em comparação às outras esferas da vida, como lazer, família, comunidade e religião, fazendo com que o sujeito altamente centrado no trabalho tenha uma parcela de sua identidade atribuída à sua atividade profissional. A centralidade do trabalho no cotidiano dos agricultores familiares revela um paradoxo: a autonomia teórica que possuem para organizar o próprio tempo esbarra nas necessidades inescapáveis da produção. Ao contrário da ideia de flexibilidade, eles enfrentam uma carga de atividades que envolve não apenas o trabalho direto no campo, mas também o gerenciamento de tarefas essenciais na propriedade. Assim, o trabalho ocupa um lugar central na vida dessas famílias, moldando a rotina e limitando as possibilidades de descanso e lazer.

6 CONTATO COM A NATUREZA

Em contraponto às exaustivas jornadas, o trabalho agrícola foi apontado como prazeroso por sete participantes por proporcionar o contato com a natureza, evidenciando questões relacionadas ao trabalho ao ar livre, à produção de alimentos e à proximidade com os animais. Sobre o contato com a natureza, houve narrativas como: “Pra mim, vou te dizer, que pra saúde mental. Porque tu tem todo esse contato com os elementos, que nem da natureza, que trazem o bem estar pra gente.” (P5);

Acordar de manhã, ver o sol nascendo, ficar de noite fora, olhar o sol se pondo, olhar a chuva, ter tempo de olhar a natureza para mim é o principal. [...] a liberdade e o espaço amplo e tudo mais, tu não tá preso no lugar. [...] as coisas que eu gosto é passar com o cavalo, é ficar com o gado. De noite eu passo 2h no galpão, mas poderia fazer em 20 minutos (P6).

Os Participantes 5 e 6, antes de optarem por atuar no setor agrícola, trabalhavam em empresas do setor bancário e de móveis, respectivamente. Seus antigos trabalhos eram realizados em ambientes fechados, sendo fator de motivação para atuar nas atividades agrícolas. Na pesquisa de Virgolin *et al.* (2015) o sentido do trabalho também se mostrou ligado ao contato com a natureza.

Os trabalhadores rurais destacaram a satisfação em manusear a terra, observar as plantas crescerem e ganharem vida, e cuidar dos animais. Já os Participantes 3 e 4 dão ênfase à produção de alimentos para autoconsumo: “Tu poder produzir o teu alimento. O que eu mais gosto de fazer assim é mexer com a terra” (P4).

[...] poder produzir. Tu sabe o que que tu aplicou naquele produto e que nem a carne que tu consome, tu sabe o que que tu deu para aquele animal. A carne de porco tu pode produzir, só dar milho e aipim, não tem ração, não tem tanto hormônio, essa questão. Eu acho que isso já vale muito a pena (P3).

Esse acesso a produtos frescos e cultivados sem intermediários impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida dos consumidores, oferecendo uma alimentação mais natural e nutritiva. A policultura para autoconsumo ocorre na região do estudo desde que as colônias passaram a se identificar como autossuficientes em alimentos para sua família, o que se reflete na comparação com os trabalhadores urbanos: “Os da cidade precisam comprar tudo” (RENK, 2000, p. 169). Segundo Gazolla e Schneider (2007), a produção para autoconsumo inclui verduras e frutas, carne suína, de aves e de gado, grãos (como feijão e milho) e raízes (como batata e mandioca, entre outras variedades). Os autores destacam que, em virtude da produção para autoconsumo, as famílias de agricultores ficam menos dependentes do mercado, não havendo a necessidade de adquirir a maioria dos alimentos, que ficam à mercê das condições econômicas.

Por fim, ainda foi enfatizado o prazer de residir no meio rural, justamente pela tranquilidade do local, conforme relatado pela Participante 11: “Não se escuta nada. Bem tranquilo, assim. A gente gosta daqui, mais afastado, sabe?” Na pesquisa de Costa *et al.* (2019) com 13 idosos que residem em ambiente rural no interior do Rio Grande do Norte, foi identificado que faz parte do sentido atribuído ao rural a relação com a agricultura, a alimentação, o trabalho e a tranquilidade. Já para os 68 jovens participantes da pesquisa de Foguesatto *et al.* (2016), notou-se que 62% preferem viver no meio rural, destacando como fatores positivos a tranquilidade, a segurança, a independência na realização das tarefas, a rotina menos exaustiva e o menor custo de vida comparado ao ambiente urbano. Portanto, entende-se que as características inerentes ao ambiente rural são essenciais para conferir maior sentido ao trabalho na agricultura e à vida no campo, assim como para promover um estilo de vida mais saudável e com repercussões positivas na saúde física e mental.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender o significado do trabalho na agricultura familiar para os trabalhadores rurais. Por meio das narrativas dos participantes, foi possível identificar alguns fatores que interferem nessa relação,

tais como a remuneração financeira decorrente do trabalho agrícola, a liberdade para organização do tempo de trabalho e o bem-estar proporcionado pelo contato com a natureza. Foi observado que as extensas jornadas de trabalho acabam ocupando o maior tempo da vida dos agricultores, pela interferência das demandas em função da pluriatividade (trabalho na lavoura, trato de animais, trabalho doméstico e comercialização dos produtos agrícolas). Ficou evidente a potencialização do significado do trabalho, expresso no prazer de viver no campo, em contato com a natureza.

A remuneração e a organização do tempo mostraram ter forte relação com a centralidade do trabalho na vida desses agricultores. A dedicação à atividade agrícola em tempo integral tende a dificultar a conciliação e a vivência de outras dimensões de suas vidas, como o desenvolvimento pessoal e o lazer. Para além da autonomia proporcionada pelo trabalho rural, muitas vezes agricultores familiares não apresentam conhecimentos específicos de gestão financeira e administração do tempo, fazendo com que o gerenciamento da empresa familiar seja realizado na “intuição”. Esse desconhecimento de gestão empresarial faz com que os indivíduos do grupo familiar trabalhem mais horas do que a recomendação diária, sem a remuneração financeira equivalente às horas trabalhadas.

A partir do cenário identificado neste estudo, considera-se imprescindível que os produtores rurais tenham acesso a cursos de administração e assessorias técnicas para o gerenciamento da empresa familiar. O acesso ao conhecimento de gestão poderá ser essencial para motivação e sucessão dos jovens para o agronegócio; conseqüentemente, a oferta de cursos na área tem o potencial de atrair mais trabalhadores para o setor.

Por fim, salienta-se a aplicação coletiva das entrevistas nos grupos familiares como fator limitante deste estudo. Apesar da riqueza de conteúdo gerado no diálogo com os participantes, a adoção da entrevista coletiva pode ter inibido algumas respostas de ordem pessoal sobre a organização do trabalho, com o intuito de evitar situações de desconforto aos demais integrantes da família. Ademais, sugere-se, para posteriores estudos, o aprofundamento de pesquisas com o público feminino que atua na agricultura familiar, bem como a adoção de práticas metodológicas que envolvem pesquisa-ação ao promover assessorias técnicas de gestão empresarial nas propriedades dessa população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARTH, M. *et al.* Agricultura Familiar: características ergonômicas das atividades e impactos na saúde dos trabalhadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 471-496, out. 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/748>. Acesso em: 24 set. 2023.

BARTH, M.; HECK, J. D.; RENNER, J. S. Agricultura familiar: características das atividades e riscos ergonômicos. **Revista Grifos**, Unochapecó, v. 31, n. 57, mar. 2022a. DOI: 10.22295/grifos.v31i57.6713.

BARTH, M.; RENNER, J. S.; ALBERS, C. Acidentes de trabalho na agropecuária de Linha Nova/RS: riscos para a saúde do trabalhador rural. *In*: MELO, J. O. F. (org.). **Ciências agrárias: o avanço da ciência no Brasil**. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2022b. v. 4. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/acidentes-de-trabalho-na-agropecuaria-de-linha-novars-riscos-para-a-saude-do-trabalhador-rural>. Acesso em: 7 jan. 2024.

BORGES, L. de O.; TAMAYO, Á. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 11-44, dez. 2001. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572001000200002. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, DF: Presidência da República, [2023a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2023b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 1 dez. 2023.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. DOI: 10.1590/S0104-026X2004000100011

COSTA NETO, C. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 118-134, abr. 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/126/122>. Acesso em: 5 nov. 2024.

COSTA, J. V.; LEITE, J. F.; DANTAS, C. M. B. Pessoas idosas e sentidos de rural no interior do Rio Grande do Norte. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 164-186, jan./abr. 2019. DOI: 10.22456/2238-152X.85438

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004. DOI: 10.1590/S0103-65132004000300004

FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Curitiba, v. 37, n. 130, p. 15-28, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/786>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, abr. 2007. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/283>. Acesso em: 3 out. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LINHA NOVA. Conheça a cidade. **Linha Nova, RS**: Prefeitura Municipal, Linha Nova/RS, c2023. Disponível em: <http://www.linhanova.rs.gov.br/web/conheca-a-cidade>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LUDTKE, G. **Agricultura familiar em São Lourenço do Sul - reflexão sobre a inadimplência e soluções**. 2007. Trabalho de Conclusão de Especialização (MBA em Negócios Financeiros) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14025/000649600.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MESQUITA, L. A. P. de; MENDES, E. de P. P. Agricultura familiar e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 14, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/er.v14i1.19382.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, C. A. do; AQUINO, J. R. de; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, p. 1-21, 2022. DOI: 10.1590/1806-9479.2021.240128.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Editora Grifos, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Município de Feliz. **Economia**. Disponível em: <https://www.feliz.rs.gov.br/site/economia>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: SOUSA, D. N. de *et al.* (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003. DOI: 10.1590/S0102-69092003000100008.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/127344/1/Diversidade-e-heterogeneidade.pdf>

SILVA, J. F. da. A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, mar. 2012a. DOI: 10.4013/rlah.v1i3.81.

SILVA, M. A. B. da. Latifúndio, colonização e agricultura: os projetos de desenvolvimento agrícola no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, p. 86-101, jul./dez. 2012b. DOI: 10.5007/1984-9222.2012v4n8p86.

SILVA, S. A. G.; FIIRST, C. Contabilidade e sua importância para o pequeno produtor rural. **Revista Competitividade e Sustentabilidade – ComSus**, Cascavel, v. 2, n. 1, p. 76-88, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/12974/9550>. Acesso em: 4 nov. 2024.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, n. 3, p. 20-27, set. 2009. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/03/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_EMPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

TOLFO, S. da R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 38-46, set. 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000400007.

VIRGOLIN, I. W. C.; HILLIG, C.; FROEHLICH, J. M. Um estudo sobre os sentidos do trabalho para os agricultores familiares a partir da pluriatividade. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 4, out./dez. 2015. DOI: 10.5902/2318179610499.